

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Maio/2017 (Dados de Março/2017)



Desempenho Fiscal

União registra déficit primário de R\$ 11,8 bilhões em março de 2017 e passa a ter déficit acumulado de R\$ 15,5 bilhões no ano, com indicativo de descumprimento da meta anual. Para 2017, com efeito, enquanto a meta de déficit fixada na LDO para o governo central (que exclui estatais) é de R\$ 139,0 bilhões, as expectativas de mercado já apontam para déficit de R\$ 147,0 bilhões no ano.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM MARÇO	ATÉ MARÇO (A)	META DO ANO (B)	
Sector Público Consolidado	-11,0	2,2	-143,1	-145,3
União	-11,8	-15,5	-142,0	-126,5
Governo Central	-11,7	-14,2	-139,0	-124,8
Empresas Estatais Federais	-0,1	-1,3	-3,0	-1,7
Estados e Municípios	0,7	17,7	-1,1	-18,8

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 para as metas do ano.

O resultado primário da União em março de 2017 foi deficitário em R\$ 11,8 bilhões. No acumulado do ano, o déficit alcançou R\$ 15,5 bilhões.

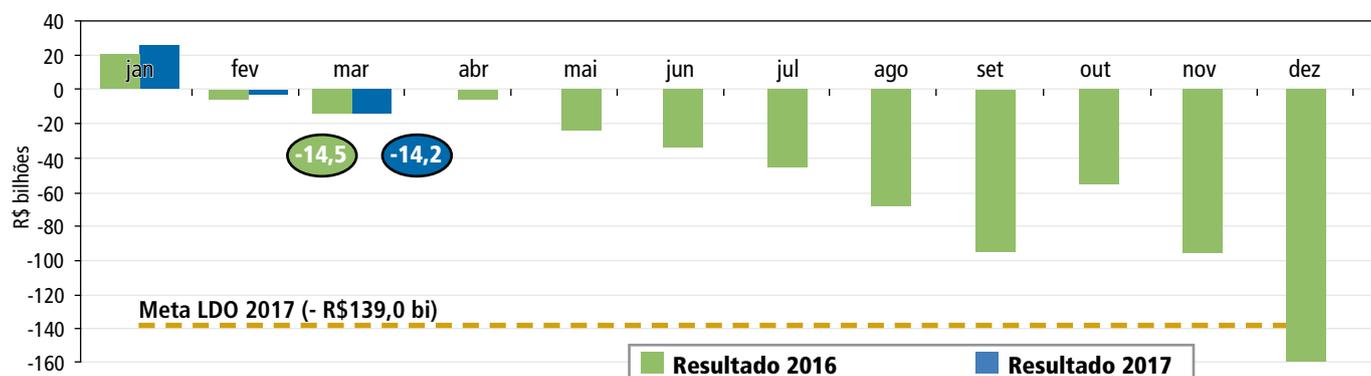
Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), as projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de abril), apontam para déficit de R\$ 147,0 bilhões em 2017, o que implicaria

inobservância da meta de déficit de R\$ 139,0 bilhões fixada na LDO.

Cabe reiterar que 2017 representa o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), o qual limita por 20 anos os gastos primários da União. Embora tal medida contribua para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, há risco de descumprimento de metas de resultado primário em 2017.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



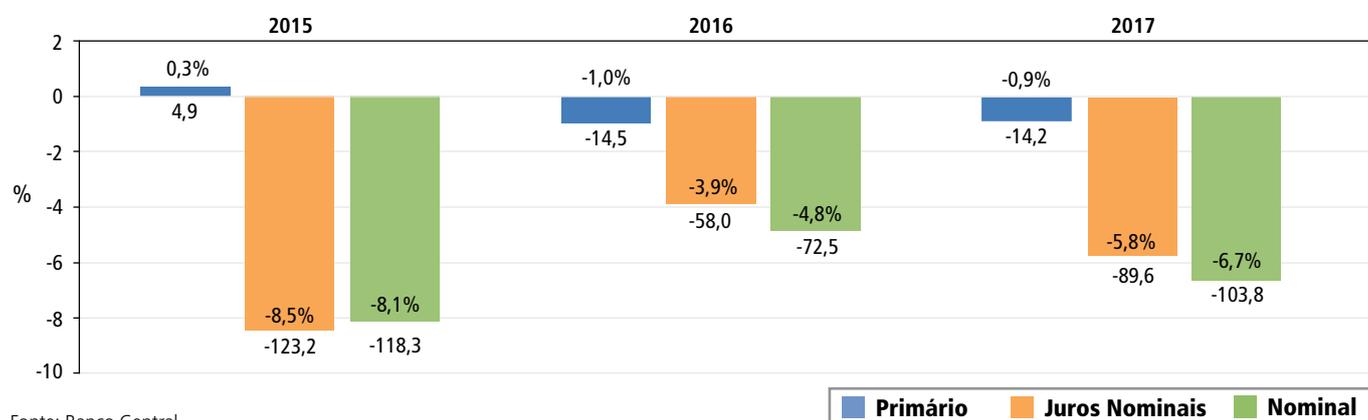
Fonte: Banco Central

Em março de 2017, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 11,7 bilhões, frente ao déficit de R\$ 8,9 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No ano, o governo central acumulou resultado primário deficitário

de R\$ 14,2 bilhões (0,9% do PIB), valor pouco distante dos R\$ 14,5 bilhões apurados no mesmo período de 2016 (1,0% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Mar (R\$ bilhões e % do PIB)



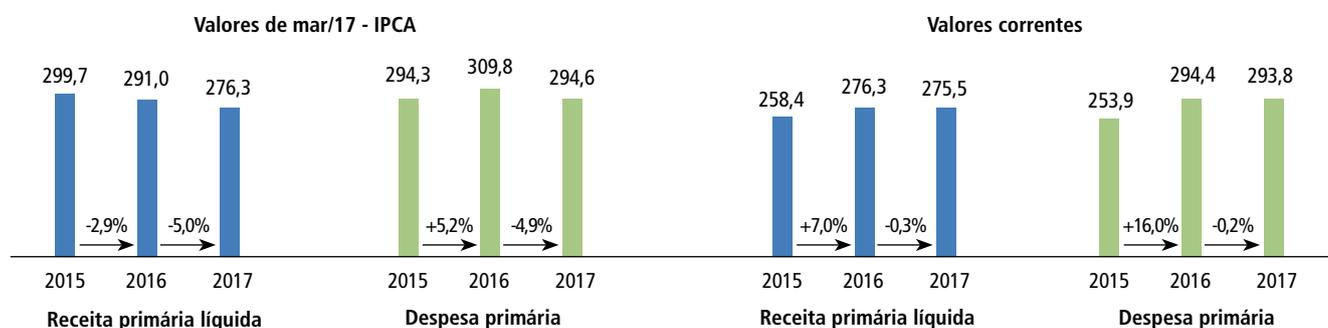
O resultado nominal do governo central até março de 2017 foi deficitário em R\$ 103,8 bilhões (6,7% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 72,5 bilhões (4,8% do PIB).

Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$ 89,6 bilhões (5,8% do PIB) no período, comparativamente a R\$ 58,0 bilhões (3,9% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a mais recente de 12,25% para 11,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, fato que, somado à persistência de déficits primários e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Mar (R\$ bilhões)



A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 5,0% no primeiro trimestre de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve redução real de 4,9%.

O decréscimo na receita líquida é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 7,5 bilhões (18,0%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 3,7 bilhões (6,7%). A redução nas receitas não administradas pela RFB decorre princi-

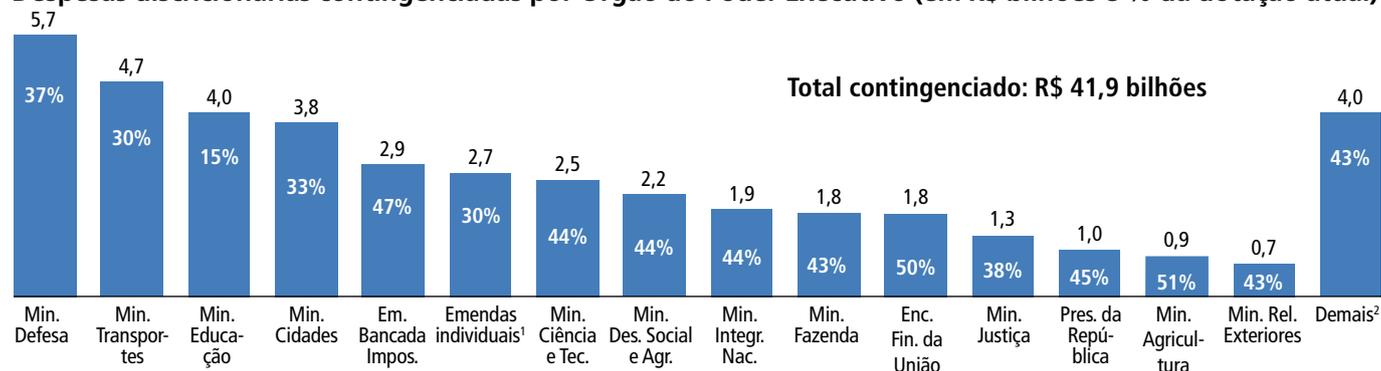
palmente da não repetição, em 2017, do recebimento de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga ocorrido em janeiro de 2016.

Pelo lado da despesa, a queda real de 4,9% é explicada principalmente por diminuições em subsídios, subvenções e Pro-

agro em R\$ 4,1 bilhões (-31,1%); na compensação ao RGPS devido à reversão parcial da desoneração em R\$ 2,8 bilhões (-47,4%); no abono e seguro desemprego em R\$ 1,7 bilhão (-8,6%) e nas despesas discricionárias totais em R\$ 16,5 bilhões (-24,4%). Em contrapartida, registrou-se elevação dos benefícios previdenciários em R\$ 6,2 bilhões (5,2%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão do Poder Executivo (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 9.018, de 30/3/2017 e Siga Brasil. 1. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 30% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 26% do montante disponível para execução. 2. O item "Demais" não inclui o Ministério da Saúde, que não sofreu contingenciamento."

O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 30% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 26% do montante disponível para execução.

Em face da redução de R\$ 54,8 bilhões na estimativa da receita primária líquida e da previsão de incremento de R\$ 3,4 bilhões nas despesas obrigatórias inicialmente definidas na LOA 2017, verificou-se a necessidade de esforço fiscal de R\$ 58,2 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2017 do Poder Executivo.

Em vez de utilizar apenas o instrumento do contingenciamento para cumprir o esforço fiscal necessário, o Poder Executivo anunciou que contaria com ampliações de R\$ 10,1 bilhões advindos da receita da concessão de três

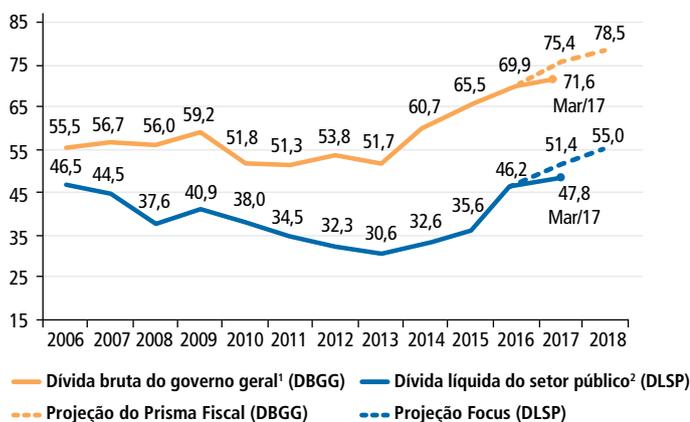
usinas hidrelétricas atualmente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A.; R\$ 4,8 bilhões oriundos da majoração da arrecadação decorrente do fim da desoneração da folha de salários de empresas que pagam contribuições previdenciárias; e R\$ 1,2 bilhão decorrente da extinção da isenção de cobrança do IOF para o setor de cooperativas de crédito. Tais medidas representam 26% do esforço fiscal necessário.

Em complementação, o Poder Executivo editou o Decreto 9.018, de 30/3/2017, em que decidiu manter contingenciados cerca de R\$ 41,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de abril, conforme detalhamento do gráfico, o equivalente a 28,9% das suas despesas discricionárias, cujo montante autorizado é de R\$ 144,7 bilhões.

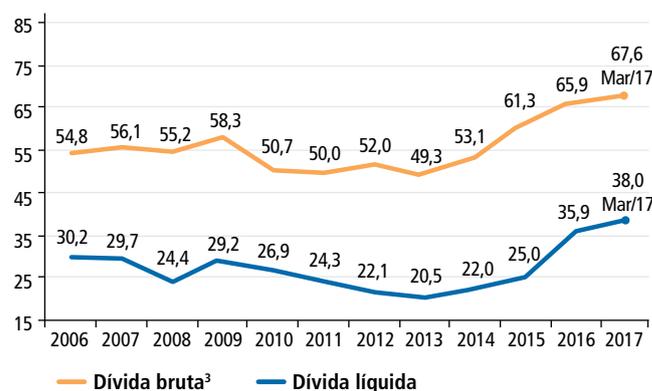
Diante desse cenário de deterioração fiscal, observa-se que, apesar da existência do teto para as despesas primárias comentado no item A, conformar os gastos à meta de resultado definida na LDO 2017 constitui o principal desafio neste exercício.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a mar/2017



Governo Federal - 2006 a mar/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 28/04/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 1,0 p.p. em relação ao fim de fevereiro de 2017, alcançando 71,6% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 49,1% do PIB (R\$ 3,1 trilhões) em março, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,2% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,1 trilhões (49,2% do PIB) em março, registrando acréscimo de R\$ 93,1 bilhões em relação a fevereiro. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 62,4 bilhões, acréscimo de R\$ 0,3 bilhão decorrente da depreciação cambial, apropriação de juros de R\$ 29,4 bilhões e dívidas reconhecidas na ordem de R\$ 0,9 bilhão.

A trajetória de alta do endividamento público persiste mês a mês em razão dos sucessivos resultados primários deficitários e da relevância do impacto dos juros no resultado nominal. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de abril, a DBGG deve alcançar 75,4% do PIB ao final deste ano e 78,5% do PIB em 2018. Essas

projeções, porém, são ligeiramente inferiores às do mês passado.

A DLSP alcançou R\$ 3,0 trilhões (47,8% do PIB) em março, um acréscimo de 0,4 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Esse aumento foi influenciado principalmente pelos juros nominais apropriados e pelo deficit primário no mês. No ano, a elevação de 1,6 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 1,7 p.p.), da valorização cambial (aumento de 0,4 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.), do resultado primário (redução de 0,03 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 1,0 p.p. em março de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 67,6% do PIB (R\$ 4,3 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 0,4 p.p. no período e chegou a 38,0% do PIB (R\$ 2,4 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodrigues, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal